

COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

Termo de Referência 38/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2026	160413-COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM	MITIELI RODRIGUES DE MELO	28/04/2026 16:40 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	76/2026	65402.000258/2026-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 65402.000258/2026-76

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição aquisição de material de consumo de natureza comum (alimentos básicos, condimentos, enlatados e em conserva), referente ao processo NUP 65402.000258/2026-76, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	QTD X VALOR	PARTICIPAÇÃO
1	Açúcar mascavo, cor marrom ou dourada, oriundo da cana-de-açúcar, produto natural	463993	Emb 1 kg	2085	R\$ 11,49	R\$ 23.956,65	ME/EPP
2	Açúcar tipo de confeitiro	463991	Emb 1 kg	2604	R\$ 5,71	R\$ 14.868,84	ME/EPP
3	Açúcar, tipo: refinado, Sachê 0,5g, caixa com 400 unidades, coloração: branca	463997	Emb 400 und	1304	R\$ 28,03	R\$ 36.551,12	ME/EPP
4	Adoçante dietético líquido, frasco com 200ml, aspecto físico líquido límpido transparente, com bico dosador. Ingredientes: sacarina sódica, ciclamato de sódio e edulcorantes, prazo de validade do produto de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do produto.	353156	200 ml	1935	R\$ 12,99	R\$ 25.135,65	ME/EPP
5	Adoçante em pó fino, branco, sachê 0,6 g Cx 1000 und	235835	Cx 1000	1053	R\$ 73,88	R\$	ME/EPP

			Und			77.795,64	
6	Alho granulado desidratado .condimento, tipo: alho, apresentação: granulado	463860	Kg	2811	R\$ 36,36	R\$ 102.207,96	AMPLA PARTICIPAÇÃO
7	Alho picado sem sal .condimento in natura, espécie: alho, tipo: nacional	461695	Emb 1 kg	3920	R\$ 22,57	R\$ 88.474,40	AMPLA PARTICIPAÇÃO
8	Ameixa seca, sem caroço – fruta seca, desidratada ou liofilizadas	474374	Kg	2232	R\$ 42,85	R\$ 95.641,20	AMPLA PARTICIPAÇÃO
9	Amendoim, sem casca, sem sal.	464534	Emb 500 g	2183	R\$ 17,84	R\$ 38.944,72	ME/EPP
10	Aromatizante artificial, apresentação líquido incolor, solubilidade em água, tipo uso fabricação pães, sabor baunilha	306043	960 ml	2578	R\$ 18,81	R\$ 48.492,18	ME/EPP
11	Aromatizante artificial, apresentação: líquido incolor ou levemente amarelado, solubilidade: em água, sabor: framboesa	372224	1 Litro	2571	R\$ 72,87	R\$ 187.348,77	AMPLA PARTICIPAÇÃO
12	Aveia em flocos finos, com glúten	460501	Emb 200g	5443	R\$ 5,54	R\$ 30.154,22	ME/EPP
13	Aveia em flocos grossos, com glúten	460502	Emb 200g	4411	R\$ 5,65	R\$ 24.922,15	ME/EPP
14	Azeite de oliva extra virgem acidez menor 0,5%	463696	500ml	4756	R\$ 47,16	R\$ 224.292,96	AMPLA PARTICIPAÇÃO
15	Azeitona preta média sem caroço em conserva, peso drenado 1kg	459644	1kg	2798	R\$ 58,75	R\$ 164.382,50	AMPLA PARTICIPAÇÃO
16	Batata palha tradicional .	463707	1kg	18394	R\$ 27,90	R\$ 513.192,60	AMPLA PARTICIPAÇÃO
17	Batata processada, espécie: inglesa, tipo formato: chips, tipo: frita, apresentação: pronto para consumo. Emb 200 g	463708	g	11560	R\$ 17,06	R\$ 197.213,60	AMPLA PARTICIPAÇÃO
18	Bicarbonato de sódio em pó, para preparação alimentos.	271052	500g	2465	R\$ 10,96	R\$ 27.016,40	ME/EPP
19	Café solúvel - apresentação granulado; sabor: tradicional; intensidade do café: forte; tipo de preparo: manual; tipo de café: robusta; nível de torragem: torra clássica - Selo de pureza ABIC, Vidro 100g	463568	Und	5583	R\$ 30,99	R\$ 173.017,17	AMPLA PARTICIPAÇÃO
20	Castanha de caju, apresentação torrada, sem sal. Emb 500 g	389677	Und	1961	R\$ 49,36	R\$ 96.794,96	AMPLA PARTICIPAÇÃO
21	Castanha do pará, apresentação torrada. Emb 500 g	464543	Und	1707	R\$ 96,15	R\$ 164.128,05	AMPLA PARTICIPAÇÃO

22	Catchup tradicional. molho de mesa, tipo: catchup, composição: tradicional, apresentação: creme	459663	Emb 400 g	6766	R\$ 6,49	R\$ 43.911,34	ME/EPP
23	Cebola em conserva: legume em conserva. Peso drenado 2 kg	466576	Emb 2 kg	3848	R\$ 63,46	R\$ 244.194,08	AMPLA PARTICIPAÇÃO
24	Cereal matinal, lanches, tipo: flocos pré-cozidos, ingredientes principais: 3 ou mais cereais, ingredientes adicionais: fortificado com vitaminas e minerais. Emb 300g	463973	g	4488	R\$ 9,18	R\$ 41.199,84	ME/EPP
25	Cereal preparado, aspecto físico: grãos, componentes: aveia, banana, maçã com canela, características adicionais: granola. 1 Kg	444323	Und	2986	R\$ 35,18	R\$ 105.047,48	AMPLA PARTICIPAÇÃO
26	Condimento canela em pó 200gr	463872	G	2086	R\$ 4,84	R\$ 10.096,24	ME/EPP
27	Condimento colorau em pó 1 kg	440594	Und	3005	R\$ 9,97	R\$ 29.959,85	ME/EPP
28	Condimento in natura, espécie: alho, tipo: nacional	461695	Kg	4676	R\$ 27,39	R\$ 128.075,64	AMPLA PARTICIPAÇÃO
29	Condimento tipo alecrim: apresentação em pó 60 g	463856	G	2962	R\$ 5,93	R\$ 17.564,66	ME/EPP
30	Condimento tomate seco desidratado. condimento , matéria-prima: tomate seco, aspecto físico: desidratada, aplicação: alimentação, características adicionais: óleo vegetal, azeite de oliva, podendo conter sal, açúcar, ácidos orgânicos e temperos.	462101	Pct 1 kg	2345	R\$ 49,00	R\$ 114.905,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
31	Condimento tomilho desidratado 100gr	463936	Und	2136	R\$ 2,51	R\$ 5.361,36	ME/EPP
32	Condimento, coentro em folha; apresentação desidratado 500gr	463877	Und	1889	R\$ 20,08	R\$ 37.931,12	ME/EPP
33	Condimento, cravo da índia em grão	463892	Emb 500gr	1235	R\$ 44,23	R\$ 54.624,05	ME/EPP
34	Condimento, gergelim branco descascado em grão: tipo: gergelim, apresentação: grão	463902	kg	1081	R\$ 26,55	R\$ 28.700,55	ME/EPP
35	Condimento, orégano em pó	463915	Kg	2454	R\$ 29,62	R\$ 72.687,48	ME/EPP
36	Condimento, pimenta do reino preta em pó	463919	Emb 500gr	1991	R\$ 13,59	R\$ 27.057,69	ME/EPP
37	Condimento, tipo: açafrão, apresentação: pó 100gr	463857	G	2087	R\$ 3,90	R\$ 8.139,30	ME/EPP
38	Condimento, tipo: alecrim, apresentação: desidratado	463856	kg	1689	R\$ 19,90	R\$ 33.611,10	ME/EPP

39	Condimento, tipo: canela, apresentação: casca 500gr	463873	Und	1206	R\$ 32,97	R\$ 39.761,82	ME/EPP
40	Condimento, tipo: cravo da índia em pó 500gr	480295	Und	947	R\$ 22,27	R\$ 21.089,69	ME/EPP
41	Condimento, tipo: louro, apresentação: folha	463904	Emb 500 g	1405	R\$ 37,95	R\$ 53.319,75	ME/EPP
42	Condimento, tipo: louro, apresentação: pó	463905	Kg	1094	R\$ 26,71	R\$ 29.220,74	ME/EPP
43	Condimento, tipo: noz-moscada, apresentação: pó 100gr	463912	G	1877	R\$ 11,23	R\$ 21.078,71	ME/EPP
44	Condimento, tipo: orégano, apresentação: folha	463914	Kg	1758	R\$ 31,50	R\$ 55.377,00	ME/EPP
45	Condimento, tipo: páprica doce, apresentação: pó	463918	Kg	2966	R\$ 16,35	R\$ 48.494,10	ME/EPP
46	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: abacaxi, forma apresentação: rodela. Peso drenado	462635	Lt 400 g	8328	R\$ 13,24	R\$ 110.262,72	AMPLA PARTICIPAÇÃO
47	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: ameixa. Peso drenado	462662	Lt 400 g	5279	R\$ 15,50	R\$ 81.824,50	AMPLA PARTICIPAÇÃO
48	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: cereja. Peso drenado min 100g	462670	Emb 125gr	3764	R\$ 18,50	R\$ 69.634,00	ME/EPP
49	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: figo. Peso drenado	462675	Lt 400 g	6490	R\$ 17,58	R\$ 114.094,20	AMPLA PARTICIPAÇÃO
50	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: pêssego. Peso drenado mínimo de 425g	462684	Lt 450 g	8155	R\$ 12,69	R\$ 103.486,95	AMPLA PARTICIPAÇÃO
51	Embutido, tipo: salsicha viena, preparação: defumada, estado de conservação: em conserva 180g	447723	g	19234	R\$ 5,50	R\$ 105.787,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
52	Emulsificante alcalino, estabilizante: monoglicerídeos, monoestearata de sobitana e poli-, aplicação: padaria, composição: água, emulsificantes, INS 471, INS 470 e INS 475	298918	Kg	964	R\$ 36,99	R\$ 35.658,36	ME/EPP
53	Erva doce em pó 1 kg	463895	Kg	963	R\$ 47,95	R\$ 46.175,85	ME/EPP
54	Ervilha verde partida: embalagem 500g	464570	500g	5588	R\$ 5,79	R\$ 32.354,52	ME/EPP
55	Farinha de mandioca tipo 1, sem tempero	459009	Emb 500g	9832	R\$ 3,70	R\$ 36.378,40	ME/EPP
56	Farinha de milho, grão: amarelo, tipo: biju, apresentação: torrada, característica adicional: transgênico, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico	459015	Emb 1kg	7729	R\$ 5,99	R\$ 46.296,71	ME/EPP

57	Farinha de milho, grão: amarelo, tipo: flocada, apresentação: pré-cozida, característica adicional: transgênico, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico	459017	Emb 500g	7287	R\$ 3,93	R\$ 28.637,91	ME/EPP
58	Farinha láctea tradicional	463974	g	2970	R\$ 6,17	R\$ 18.324,90	ME/EPP
59	Farofa pronta tradicional, natural, 210 kcal/g, com farinha de mandioca temperada.	244498	Pct 500g	7606	R\$ 7,17	R\$ 54.535,02	ME/EPP
60	Gordura vegetal, composição básica: abaixo de 40 % de gordura, sabor sem sal.	463706	500g	2371	R\$ 8,84	R\$ 20.959,64	ME/EPP
61	Gordura vegetal, tipo: margarina, subtipo: cremosa, composição básica de 80% de gordura, sabor: com sal, emb c/ 250 g.	463699	Emb 250 g	3917	R\$ 6,26	R\$ 24.520,42	ME/EPP
62	Grão de bico	464569	Emb 500 g	1786	R\$ 9,79	R\$ 17.484,94	ME/EPP
63	Legume em conserva inteiro, tamanho: grande; ingredientes: champignon pré-cozidos, água e sal. Peso Drenado 100g.	462829	Emb 100 g	3426	R\$ 7,42	R\$ 25.420,92	ME/EPP
64	Legume em conserva, tipo: alcaparra. Peso drenado aproximadamente 1 kg	466788	Kg	1524	R\$ 46,40	R\$ 70.713,60	ME/EPP
65	Legume em conserva, tipo: azeitona verde, tamanho: média, sem caroço. Peso drenado 2 kg	459638	Emb 2 kg	2250	R\$ 55,00	R\$ 123.750,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
66	Legume em conserva, tipo: ervilha. Peso drenado mínimo 1,7 kg	462823	Emb 2 Kg	4473	R\$ 30,73	R\$ 137.455,29	AMPLA PARTICIPAÇÃO
67	Legume em conserva, tipo: milho verde. Peso drenado mínimo 1,7 kg	462824	Emb 2 Kg	5163	R\$ 25,68	R\$ 132.585,84	AMPLA PARTICIPAÇÃO
68	Legume em conserva, tipo: palmito, apresentação: inteiro. Peso drenado mínimo 300g	460486	Emb 300 g	4199	R\$ 10,65	R\$ 44.719,35	ME/EPP
69	Legume em conserva, tipo: pepino, apresentação: inteiro. Peso drenado mínimo 300g	468533	Emb 300 g	5439	R\$ 11,13	R\$ 60.536,07	ME/EPP
70	Leite soja, aspecto líquido, sabor natural: fonte de cálcio	331954	Emb 1 litro	3378	R\$ 9,48	R\$ 32.023,44	ME/EPP
71	Lentilha tradicional, tipo 1, tipo classe média	217198	500g	6778	R\$ 11,86	R\$ 80.387,08	AMPLA PARTICIPAÇÃO
72	Maça desidratada (fruta seca com casca) sem adição de açúcar, sem conservantes	482949	g	771	R\$ 11,79	R\$ 9.090,09	ME/EPP

73	Macarrão instantâneo 80 gramas, sabor galinha. Macarrão, massa instantânea, de farinha de trigo, com sabor e temperos, espaguete lámen	458999	Emb 80g	1884	R\$ 2,62	R\$ 4.936,08	ME/EPP
74	Macarrão, massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: parafuso	458980	Emb 500 g	4802	R\$ 3,79	R\$ 18.199,58	ME/EPP
75	Maionese tradicional embalagem 500 g	326927	Pote 500 g	12090	R\$ 7,56	R\$ 91.400,40	AMPLA PARTICIPAÇÃO
76	Massa de tomate, tipo: extrato concentrado, composição: tradicional, apresentação: creme	459670	Emb 340 g	21103	R\$ 2,49	R\$ 52.546,47	ME/EPP
77	Massa de tomate, tipo: molho pronto, composição: tradicional, apresentação: líquido	459672	Emb 2 kg	12757	R\$ 10,98	R\$ 140.071,86	AMPLA PARTICIPAÇÃO
78	Milho de pipoca	462123	Emb 500 g	3033	R\$ 3,54	R\$ 10.736,82	ME/EPP
79	Milho para canjica branca	279262	Pct 500 g	2739	R\$ 9,09	R\$ 24.897,51	ME/EPP
80	Molho chimichurri tempero, tipo: à base de ervas e especiarias, apresentação: pasta, aplicação: bife, churrasco e assado.Pote peso liquido 200gr	458149	Und	3774	R\$ 27,96	R\$ 105.521,04	AMPLA PARTICIPAÇÃO
81	Molho de mesa, tipo: barbecue, composição: tradicional, apresentação: líquido	461710	Emb 200 g	6100	R\$ 4,07	R\$ 24.827,00	ME/EPP
82	Molho de mesa, tipo: inglês, composição: tradicional, apresentação: líquido	459655	Emb 150 mililitro	7396	R\$ 2,20	R\$ 16.271,20	ME/EPP
83	Molho de mesa, tipo: mostarda, composição: tradicional, apresentação: creme. Emb180g	459667	g	5823	R\$ 5,86	R\$ 34.122,78	ME/EPP
84	Molho de pimenta. Base de pimenta vermelha água, sal e vinagre, sem glúten, composição: água, pimenta vermelha moída, vinagre de álcool, sal, aplicação: alimentos, tipo uso: culinária em geral	241553	Fr 150 ml	5275	R\$ 2,49	R\$ 13.134,75	ME/EPP
85	Molho de salada mostarda e mel	459668	Emb 236 ml	3299	R\$ 7,38	R\$ 24.346,62	ME/EPP
86	Molho de salada rosê	467430	Emb 236 ml	3183	R\$ 6,30	R\$ 20.052,90	ME/EPP
87	Molho madeira a base de vinho	467430	Emb 200g	4678	R\$ 4,75	R\$ 22.220,50	ME/EPP
88	Molho mostarda. Molho alimentício, composição básica: molho mostarda, sal,	258149	Und	4328	R\$ 3,62	R\$	ME/EPP

	açúcar e condimento, aspecto físico: pastosa peso líquido mínimo de 200gr					15.667,36	
89	Molho para salada a base de limão, salsa e especiarias.	467430	Emb 236 ml	3083	R\$ 7,99	R\$ 24.633,17	ME/EPP
90	Molho quatro queijos	467430	Emb 200g	4858	R\$ 5,39	R\$ 26.184,62	ME/EPP
91	Molho shoyu. Molho de mesa, tipo: shoyu, composição: tradicional, apresentação: líquido	459653	Emb 1 l	4555	R\$ 14,09	R\$ 64.179,95	ME/EPP
92	Ovo processado, origem: codorna, apresentação: em conserva. Peso drenado	446626	Emb 300 g	4847	R\$ 16,12	R\$ 78.133,64	ME/EPP
93	Peixe em conserva, atum ralado, óleo combustível/água e sal, 15 meses	223083	Lata 170g	3405	R\$ 10,69	R\$ 36.399,45	ME/EPP
94	Peixe em conserva, tipo peixe: sardinha inteira sem cabeça, ingredientes: óleo comestível, prazo validade: 36 meses. Lata 125g	327769	Und	3029	R\$ 5,99	R\$ 18.143,71	ME/EPP
95	Picles, embalagem 300 gramas drenado	468477	Und	3752	R\$ 10,44	R\$ 39.170,88	ME/EPP
96	Pimenta biquinho. Vermelha em conserva. Pote peso líquido 350 g	608266	Und	1462	R\$ 25,33	R\$ 37.032,46	ME/EPP
97	Pistache, tipo: com casca, apresentação: salgado	308582	Pct 100 g	1369	R\$ 15,99	R\$ 21.890,31	ME/EPP
98	Plástico filme. Papel filme, material: pvc - cloreto de polivinila, comprimento: 1.000 m, largura: 40 cm, apresentação: rolo	431101	Und	2640	R\$ 142,35	R\$ 375.804,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
99	Polenta palito: preparado de fubá, água, sal e condimentos, congelado. Embalagem 1 Kg	477443	Emb 1 Kg	4967	R\$ 7,99	R\$ 39.686,33	ME/EPP
100	Polpa de fruta para suco sabor abacaxi. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464468	g	9005	R\$ 3,00	R\$ 27.015,00	ME/EPP
101	Polpa de fruta para suco sabor acerola. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464484	g	8677	R\$ 2,79	R\$ 24.208,83	ME/EPP
102	Polpa de fruta para suco sabor caju. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464511	g	6421	R\$ 2,92	R\$ 18.749,32	ME/EPP
	Polpa de fruta para suco sabor manga. apresentação: congelada. embalagem					R\$	

103	100 g.	464475	g	6573	R\$ 2,95	19.390,35	ME/EPP
104	Polpa de fruta para suco sabor maracujá. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464474	g	7302	R\$ 3,69	R\$ 26.944,38	ME/EPP
105	Polpa de fruta para suco sabor morango. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464524	g	6950	R\$ 3,19	R\$ 22.170,50	ME/EPP
106	Polpa de fruta para suco sabor uva. apresentação: congelada. embalagem 100 g.	464465	g	6712	R\$ 2,79	R\$ 18.726,48	ME/EPP
107	Proteína texturizada de soja, media: apresentação: flocos, aspecto físico: desidratada.	297483	Emb 400g	1876	R\$ 12,98	R\$ 24.350,48	ME/EPP
108	Queijo ralado; origem: de vaca, variedade: parmesão.	446648	1kg	3719	R\$ 75,99	R\$ 282.606,81	AMPLA PARTICIPAÇÃO
109	Sagu, amido de mandioca.	459084	Emb 500 g	4490	R\$ 6,89	R\$ 30.936,10	ME/EPP
110	Sal refinado, aplicação: alimentícia, características adicionais: teor mínimo cloreto de sódio 98,5%, sachê 1g	291893	Caixa 1000 und	2252	R\$ 37,50	R\$ 84.450,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
111	Sal refinado, aplicação: alimentícia, características adicionais: teor mínimo cloreto de sódio 98,5%	433275	1kg	8155	R\$ 2,82	R\$ 22.997,10	ME/EPP
112	Sal refinado, tradicional: aplicação alimentícia, aditivos iodato de potássio, características adicionais 50% cloreto de potássio, 50% cloreto de sódio	448219	1kg	9805	R\$ 24,99	R\$ 245.026,95	AMPLA PARTICIPAÇÃO
113	Sal, tipo: grosso, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 390 mg, acidez: 7,0 ph	454018	1kg	6894	R\$ 2,89	R\$ 19.923,66	ME/EPP
114	Semente, espécie linhaça, aplicação culinária	301513	Kg	1415	R\$ 14,70	R\$ 20.800,50	ME/EPP
115	Tempero em tablete sabor galinha.Emb 6 cubos	241571	Und	5059	R\$ 3,19	R\$ 16.138,21	ME/EPP
116	Tempero em tablete, sabor carne – 12 cubos uso culinário.Emb 12 cubos	241572	Und	6139	R\$ 5,82	R\$ 35.728,98	ME/EPP
117	Tempero, tipo: completo com pimenta, condimentado e concentrado, aplicação: uso culinário	340428	Kg	4736	R\$ 6,88	R\$ 32.583,68	ME/EPP



118	Tempero, tipo: completo sem pimenta, condimentado e concentrado, aplicação: uso culinário	243203	Kg	5497	R\$ 7,21	R\$ 39.633,37	ME/EPP
119	Torrada tradicional, tipo: de minipão tipo canapés, base da massa: farinha de trigo refinada, tradicional. Emb 142gr	460532	g	4412	R\$ 6,02	R\$ 26.560,24	ME/EPP
120	Uva passa, preta, sem semente, fruta, tipo 1: uva-passa, apresentação: desidratada seca, adicional: preta	464883	1kg	1072	R\$ 28,31	R\$ 30.348,32	ME/EPP
121	Vinagre balsâmico tradicional, embalagem 500 ml	381379	Und	2525	R\$ 32,96	R\$ 83.224,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
122	Vinagre de maçã: orgânico, embalagem 500 ml	340581	Und	2833	R\$ 33,90	R\$ 96.038,70	AMPLA PARTICIPAÇÃO
123	Vinagre de vinho branco, embalagem 750ml	217093	Und	2970	R\$ 6,49	R\$ 19.275,30	ME/EPP
124	Vinagre de vinho tinto. Emb 500 ml	269223	Und	3184	R\$ 4,88	R\$ 15.537,92	ME/EPP

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s), conforme anexo a este documento

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 45 (quarenta e cinco) dias, assim dividido: 15 (quinze) dias do recebimento da Nota de Empenho + 10 (dez) dias para recebimento provisório + 10 (dez) dias para o recebimento definitivo, a contar do recebimento da Nota Fiscal e + 10 (dez) dias para o pagamento), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Como se trata de fornecimento não contínuo, o prazo de vigência será o suficiente para a entrega, recebimento provisório e definitivo do objeto, verificação da conformidade e liquidação do pagamento, e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.
- 1.7. A indicação de marcas para os materiais justifica-se para auxiliar a descrição do objeto a fim de tornar claro a identificação dos itens, de forma a servir como referência, nos termos do Art. 41 da Lei 14.133/2021. Ademais, a indicação visa garantir a aquisição, pela Administração, de produtos com parâmetros mínimos de qualidade, reconhecidos pelo mercado, acreditados pelos órgãos de fiscalização, conforme a legislação brasileira.
- 1.8. Será admitida a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência da Ata de registro de preços, que será de 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso, fundamentada no histórico de contratações anteriores de mesmo objeto cuja necessidade se mostrou frequente.
- 1.9. Conforme o Decreto 8.473/2015, essa organização Militar realizou a Chamada Pública nº 1 /2024 para aquisição de alimentos de agricultores familiares a qual contempla esse o referido decreto.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 0394452000103-0-000362/2026
  - II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2025;

- III) Id do item no PCA: 411
- IV) Classe/Grupo: 8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 160413-36/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todos os itens deste processo licitatório somente serão aceitos mediante a apresentação do CTF – Cadastro Técnico Federal, conforme fabricante cadastrada: cuja atividade estejam enquadradas na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, art 2º, anexo I, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 27 de janeiro de 2022, com a utilização dos seguintes materiais contidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos – NESLIC, da Consultoria-Geral da União;

4.1.2. A Ficha Técnica, documento assinado eletronicamente pela Presidente do Ibama, comprova a obrigação ou dispensa de inscrição no CTF/APP, conforme disposto no art. 49 da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021;

4.1.3. A exigência do critério de sustentabilidade do subitem acima estabelecido visa atender ao disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/21, no tocante a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; e

4.1.4. Caso o produto seja dispensado das exigências acima, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei

4.2. Os produtos de origem animal serão aceitos desde que possuam os seguintes selos de identificação:

**SIM** (Selo de Inspeção Municipal): associado à Secretaria Municipal de Agricultura, os produtos que recebem este selo podem ser comercializados no município em que foi produzido;

**SIE** (Selo de Inspeção Estadual): vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, os produtos com este selo são pertencentes aos estabelecimentos registrados no SIE e tem sua comercialização autorizada no Estado em que houve o beneficiamento e/ou o processamento do produto;

**SIF** (Selo de Inspeção Federal): associado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), os produtos com este selo são pertencentes aos estabelecimentos registrados no SIF e podem ser comercializados em todo território nacional e internacional; **SISBI** (Selo do Sistema Brasileiro de Inspeção): vinculado ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), os produtos que possuem este selo podem ser produzidos e comercializados em todo o país, sem que haja a necessidade de possuir o SIF, mas não podem ser exportados.;

4.2.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.2. A comprovação dos critérios acima, quando necessária, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

#### Da exigência de amostra

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: amostras ou catálogos serão solicitados sempre que a comissão achar necessário para retirar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto;

#### Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos, apenas como referência, conforme consta na tabela da descrição dos itens do objeto neste Termo de Referência, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

## Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Esta Unidade Gerenciadora, deixa de aplicar o benefício previsto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123 /2006, em conformidade com o art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme "JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DE COTAS" juntada aos autos do processo.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (QUINZE)** dias, contados no primeiro dia útil seguinte ao envio da Nota de Empenho ao fornecedor pela Administração, via e-mail, sendo obrigação do fornecedor conferir seu e-mail para esse fim, diariamente nos dias úteis.

5.1.1. As entregas devem ocorrer durante o horário de expediente, compreendido entre 08:30h às 11:30h e das 13:30 h às 16:30 h de segunda-feira a quinta-feira, e das 08:30h às 11:30hs na sexta-feira. Durante os meses de dezembro e janeiro pode ocorrer alterações no horário do expediente sem aviso prévio por parte da Contratante, neste sentido, é necessário que a contratada realize o contato prévio com a Unidade Militar que realizou o pedido.

5.1.2. Cada nota de empenho emitida poderá ter mais de um pedido relacionado. A Nota de Empenho será enviada para o e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em dia de expediente normal, durante o horário de expediente, compreendido entre 08:30 às 11:30hs e das 13:30 às 15:30hs de segunda-feira a quinta-feira, e das 08:30 às 11:30hs na sexta-feira.

5.1.3. Após 3 (três) dias úteis sem resposta, a Nota de Empenho seguirá por carta AR (Aviso de Recebimento), e o dia de início da contagem do prazo será a data do recebimento do AR.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: a entrega dos materiais deverá ser feita nas Organizações Militares participantes deste processo, após a contratação, localizadas na cidade de Santa Maria-RS e Itaara-RS: conforme anexo.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **1/3 (um terço), ou a metade** do prazo total recomendado pelo fabricante. O referido prazo foi assim estipulado considerando-se a perecibilidade dos itens, o consumo diário elevado dos gêneros alimentícios e a capacidade de estoque dos Órgãos requisitantes.

5.4. Todo o transporte a ser executado em função das entregas será de única e total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco tal operação, inclusive carga e descarga, seguro e demais despesas, incluindo os artigos frigorificados que deverão ser transportados em veículos adequados às exigências previstas para sua conservação de temperatura (refrigeração).

5.5. A Seção de Licitações da Guarnição de Santa Maria incumbe a realização do processo licitatório de aquisição centralizada dos gêneros de alimentação pertencentes ao Quantitativo de Rancho (QR), como Unidade Gestora Gerenciadora do certame, sendo que, após a homologação do certame pelo Ordenador de Despesas, as Organizações Militares apoiadas têm plena autonomia para a realização dos pedidos diretamente aos fornecedores, sendo responsabilidade das mesmas a estimativa e quantificação dos referidos pedidos de acordo com suas necessidades.

5.6. Nas embalagens dos artigos adquiridos deverão constar impressas as seguintes informações:

5.6.1. identificação do produto e do estabelecimento de origem;

5.6.2. selo de identificação nos produtos de origem animal que comprovem o registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado do Rio Grande do Sul (DIPOA) ou no Serviço de Inspeção Municipal que esteja integrado ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI).

5.6.3. peso líquido;

5.6.4. prazo de validade;

5.6.5. número de lote (quando for aplicado); e

5.6.6. registro em Órgão de Fiscalização Federal competente.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os pedidos das Unidades Gestoras poderão ser realizados sem obedecer necessariamente a uma periodicidade fixa. Serão feitos conforme a necessidade e atendendo à vida administrativa de cada Organização Militar (OM), podendo ser feitos semanalmente, ou até mesmo diariamente.

5.9. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.10. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:* Conforme relação dos Órgãos Participantes, deste Termo de Referência.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as

medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,0 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
  - 8.12.2. a data da emissão;
  - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.12.5. o valor a pagar; e
  - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/02/2026.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será parcelado

### Crítérios de aceitabilidade de preços



9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o constante no item 1.1 deste Termo de Referência.7

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;~~[A6]~~

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;~~[A8]~~

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Técnica**

9.22. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.22.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes

características mínimas: : CNPJ da empresa que está emitindo o atestado; Razão Social; assinatura do responsável; endereço completo; especificação dos produtos ou serviços que foram contratados; quantidades adquiridas; período de contratação; e avaliação sobre o nível de satisfação com a companhia contratada.

9.22.1.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando que o licitante já forneceu bens desejados pela administração, com percentual mínimo de 3% das quantidades do item ou compatível ao objeto licitado.

9.22.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.22.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.22.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 7.952.614,62 (sete milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Conforme IN SEGES/ME 81/2022, Art. 10 não se verifica a necessidade de classificar este Termo de Referência como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)**

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 ( cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Editais*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.-
  - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
  - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santa Maria, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônica SRP nº 90004/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MIGUEL ESPOSITO BARREIRO**

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:40:09.

**MITIELI RODRIGUES DE MELO**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:39:05.

